ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 31 DE MAIO DE 2021.

Ata da 15ª audiência pública da primeira sessão legislativa da décima quinta legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre: Prestação de esclarecimentos acerca do Contrato n.º 15.20.102, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar a eficientização e modernização do parque de iluminação pública do Município de Rio Branco.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, sob a presidência do **vereador Fábio Araújo**, secretariado pelo **vereador Adailton Cruz**, foi declarada aberta a audiência pública, em atenção ao **requerimento nº81/2021**, de autoria da bancada do PDT no parlamento municipal; estiveram presentes os Vereadores: **Antônio Morais, Arnaldo Barros, Emerson Jarude, Francisco Piaba, Hildegard Pascoal, Ismael Machado, Joaquim Florêncio, Lene Petecão, Michelle Melo, N. Lima, Raimundo Castro, Raimundo Neném, Rutênio Sá e Samir Bestene;** também prestigiaram o evento os (as) senhores (as): **Joabe Lira de Queiroz** – Secretário Municipal de Zeladoria; **Edilaison Pimenta da Silva** – Vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA; **Kellyton Carvalho** – Auditor de Controle Externo - TCE; **Ivan de Carvalho** – Presidente do Conselho de Consumidores do Acre; **Socorro Neri** – Secretária Estadual de Educação e **Raphael Duque** – Sócio Engelus Soluções em Energia. O **presidente** da audiência cumprimentou os presentes, explicou o rito da audiência e contextualizou os motivos desencadeantes para realização da presente agenda, visando prestação de esclarecimentos sobre nuances da execução do projeto de eficiência energética da cidade de Rio Branco. O presidente da audiência foi seguido pelo restante da bancada proponente, vereadores: **Joaquim Florêncio e Michelle Melo. Vereador Adailton Cruz,** em sua fala, condicionou sua assinatura na CPI das lâmpadas de Led à prestação de esclarecimentos sobre a execução do projeto de modernização do parque de iluminação da capital; o mesmo foi seguido pelo **vereador Antônio Morais**, que também se mostrou aberto a explicações por parte da equipe gestora, à época, e presente na audiência. A seguir, os convidados teceram suas considerações iniciais, estenderam agradecimentos e destacaram a importância do tema em discussão na agenda em questão. **Kellyton Carvalho** discorreu sobre as mazelas do setor de iluminação pública, identificadas em 2019, e destacou a redução do consumo de energia em Rio Branco, quando da execução do projeto de eficiência e modernização do sistema de iluminação pública na capital; percentual esse de 33%, segundo o gestor. **Raphael Duque** confirmou a possibilidade de conclusão dos serviços contratados, visando à execução do contrato

de iluminação de eficientização energética celebrado entre o município e o Consórcio Ilumina Rio Branco, vista a reserva de recursos herdados da gestão anterior. Na oportunidade, o convidado pontuou a necessidade do cumprimento de prazos, bem como celeridade na execução do projeto, sob sujeição à alteração de reajuste de valores. **Vereador Emerson Jarude** defendeu a instauração da CPI no intuito de fiscalizar os recursos públicos, e na oportunidade, teceu críticas à postura adotada pela então prefeita de Rio Branco, Socorro Néri, quando das denúncias e reivindicações apresentadas pelo parlamentar, referentes a esse e a outros temas. **Vereador Arnaldo Barros** contextualizou o assunto; destacou a importância do projeto e cobrou a execução do programa, visando benesses à população. **Socorro Néri** discorreu sobre a necessidade da operação de crédito, alçada na casa dos 48 milhões de reais; declarou ainda, a inexistência de impedimento legal para execução do programa de modernização do sistema de iluminação; lamentou, segundo ela, as tentativas de criminalização da suspensão do contrato, e confirmou que tal paralisação se deu, unicamente, mediante decisão do Tribunal de Contas do Estado – TCE. **Joabe Lira** confirmou a possibilidade de retomada do referido programa de eficiência energética em discussão, e pontuou a necessidade de parecer da Procuradoria Geral do Município para tal. A seguir, a audiência caminhou para o encerramento. Na sequência, o proponente da audiência, os parlamentares, autoridades e demais convidados presentes teceram suas considerações finais. Agradecimentos e notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi **encerrada**, e, para constar, foi lavrada a presente ata, que após ser lida e aprovada, foi assinada pelo presidente e pelo secretário:

FÁBIO ARAÚJO
Presidente

ADAILTON CRUZ
Secretário